

O SENTIDO DA MEMÓRIA E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA HISTÓRIA DE MIGRAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS BRASIGUAIAS

LOSANDRO ANTÔNIO TEDESCHI*

RESUMO

As mulheres camponesas migrantes, que guardam a história e contam a seus filhos e filhas, revelam uma longa jornada em que, para não falarem de outras dicotomias, tiveram de enfrentar, permanentemente, a fome, a desigualdade, a exclusão em processos migratórios de luta pela terra, embora nunca tenham se submetido completamente a isso. Luta, sofrimento, submissão e resistência sempre fizeram parte das histórias de vida das mulheres migrantes Brasiguaias no processo de colonização em região de fronteira. Ao ouvir mulheres em assentamentos rurais em região de fronteira com Paraguai e Bolívia, queremos entender as diferenciações de gênero na construção da memória, visto que as histórias vividas e narradas pelas mulheres são marcadas por sistemas de representações, valores e práticas que são produto da internalização das construções históricas e sociais das relações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, migração, gênero, mulheres camponesas.

ABSTRACT

Peasant women migrants which keeps their history and tell their sons and daughters reveal a long journey that, besides other dichotomies, had to face permanently the hunger, inequality and exclusion in migratory processes of the land struggles, although they have never been subjected to it completely. Struggle, suffering, submission and resistance have always been part of the life stories of Brasiguaias migrant women in the colonization process of the border region. When we hear women in rural settlements in the border region of Paraguay and Bolivia, we want to understand the gender differences in the memory construction, since the stories lived and told by women are characterized by representations systems, values and practices which are the product of the inner historical and social constructions of gender relations.

KEYWORDS: Memory, migration, gender, rural women.

Introdução

Mais de quarenta anos se passaram e muito já foi comentado sobre a região da fronteira Brasil-Paraguai e de sua conjuntura histórica e social: as perspectivas de produção e desenvolvimento da região; as questões do tráfico, da presença dos remanescentes povos guaranis; a força da mobilização social, reivindicando políticas agrícolas e sociais; a qualidade do solo e o potencial de reprodução, entre outros assuntos polêmicos que acabaram dando visibilidade a essa região. Mas pouco se pesquisa e se comenta sobre a relação com os 350 mil camponeses brasileiros, atraídos até lá pelas promessas de terras fartas e facilidades para o trabalho. Essa atração não se deu por acaso, mas foi construída politicamente a partir de 1959 pelos governos do Paraguai e do Brasil.

Ao fazer pressão, entretanto, sobre o território brasileiro, e não sobre um imóvel rural específico, os grupos familiares que se identificaram como “brasiguaios”¹ inseriram-se de forma distinta no conjunto de mobilizações camponesas pela terra. A ênfase na nacionalidade brasileira e na denúncia de situações de injustiça vividas no Paraguai, embora não se caracterizassem como conflito étnico com a população paraguaia, revelava a utilização de elementos e categorias sócio-culturais na condução das diversas etapas de uma mobilização. Esta ficou registrada como um dos principais conflitos pela posse da terra da época.

Os diversos textos e documentos que narram o processo de decisão de migração para o Paraguai nos apontam para uma percepção da mobilização dos chamados “brasiguaios” como parte de estratégias familiares para reprodução econômica e social. Contudo, nenhum desses autores dedicou um só capítulo à mulher migrante da fronteira, protagonista dessa narrativa de colonização marcada por lutas, sacrifícios, renúncias, coragem, ousadia, conquistas e muito trabalho. Se a elas fizeram referência foi através de uma lembrança passageira inscrita numa página ou em um simples parágrafo. As particularidades da atuação feminina não são enfrentadas nesses textos, e nem mesmo a produção acadêmica tem voltado sua atenção para as personagens de construção do cotidiano no mundo camponês em região de Fronteira Paraguaia.

Joan Scott² mostra que a dificuldade de uma historiografia das mulheres deve-se a não existência de uma tradição na história em larga escala dentro da qual não se debateu outras interpretações. Desse modo, o tema das mulheres ou bem se tem colocado em outras tradições ou bem se tem estudado de forma isolada dentro destas.

Em outras aéreas, a história das mulheres tem-se caracterizado por tensões extraordinárias: entre a prática política e a erudição acadêmica; entre os níveis estabelecidos no seio de cada disciplina e as influências interdisciplinares; entre a atitude atórica da história e a necessidade de uma teoria para o feminismo. Os(as) historiadores(as) feministas sentem essa tensão de muitas maneiras, ainda mais quando tentam identificar a um público potencial para seus trabalhos. A natureza díspar de tal público, pode conduzir ao emprego de argumentos desiguais e confusos em ensaios de livros individuais, no qual faz impossível o tipo habitual de ensaio sintético sobre o estado desse campo de estudo.

A história já não trata mais das coisas que ocorreram às mulheres e aos homens, nem à forma que esses reagiram; ao contrário, trata de como se tem construído as significações subjetivas e coletivas de homens e mulheres vistos como categorias de identidades. Se as identidades mudam com o tempo e dependem de contextos diferentes, então não podemos utilizar simplesmente modelos de socialização que concebam o gênero como um produto mais ou menos estável da sociedade, argumenta Scott.

Nesse sentido, em busca de um campo vasto, mas pouco explorado cientificamente, descrever e interpretar os discursos, as memórias de mulheres camponesas migrantes e suas percepções de mundo nessa história migracional para a região de fronteira com o Paraguai, é uma maneira de registrar a relevante atuação das mulheres nessa região.

Através de suas histórias de vida, de um trabalho de campo e de coleta de depoimentos de mulheres que fizeram parte desse deslocamento em busca de terras, me proponho a pontuar algumas reflexões sobre o papel da memória e das relações de gênero nesse processo migratório.

Nessa perspectiva, a noção de experiência é uma categoria importante quando estudamos grupos sociais com essa caracterização, principalmente, por

se tratar de um contingente de mulheres migrantes, em especial, do sul do Brasil. Esses grupos, expropriadas do trabalho rural a partir da modernização da agricultura, foram forçados a migrar para o Paraguai em busca de sua reprodução camponesa, e que após anos retornaram ao Brasil em acampamentos de beira de estrada.

A memória e as questões de gênero no processo migratório: relações entrecruzadas

A maioria das mulheres migrantes dizia estar indo em busca da sobrevivência e bem-estar da família, não lhes sobrando tempo para pensar e escrever aquilo que sentiam, viviam e sonhavam nos primeiros anos de vida nesses assentamentos.³ O panorama e as cenas cotidianas eram suficientemente ricos em aventuras, desafios e acontecimentos prosaicos que encheriam centenas de horas de entrevistas. As mulheres que narram esse processo migratório se reconstruíram durante mais de três décadas, sobrevivendo em território Paraguaio e Brasileiro. Nos anos 1970, eram apenas camponesas que seguiam seu percurso em busca de terra e não havia qualquer consciência de que viriam a serem personagens de um processo histórico de ocupação de terras além-fronteira e, posteriormente, em acampamentos.

Ao refletirmos e estudarmos esse processo, cujo ponto de partida são trajetórias de sujeitos precisos, preferimos reter a conceituação de experiência oferecida por Geertz.⁴ Ele faz referência a um sujeito em ação, a um sujeito que se engaja na ação e dela participa, que sente a ação, pensa sobre ela e a reformula. Nesse sentido, a experiência pode ser comunicada porque não implicaria apenas em ações e sentimentos, mas também em reflexões sobre ações e sentimentos. Ao operarmos com esta noção de experiência, poderíamos capturar as narrativas das mulheres migrantes camponesas sobre suas experiências e incorporar suas interpretações, apontar junções e disjunções temporais, mudanças e continuidades, tradições e rupturas.

Ao privilegiarmos as experiências narradas, toma-se crucial levar em consideração também a temporalidade interna às próprias narrativas. Expor, contar, referir, dizer, registrar, por em memória (e, portanto lidar com a temporal idade) são elementos semânticos constitutivos do termo “narrar”. Os

sujeitos sobre os quais se debruça uma pesquisa narram ao pesquisador eventos, trajetórias, valores, ações, atores e enredos, e é isso também que o pesquisador relata aos seus leitores. Ora, se a faculdade de intercambiar experiências se atualiza no ato de narrar, e se a fonte a quem recorrem todos os narradores é a transmissão da experiência de pessoa a pessoa, oralmente ou pela escrita, poderíamos traçar um nexo entre experiência, narrativa e memória com as mulheres migrantes camponesas.

Nexo, aliás, já apontado por Walter Benjamin. Mas, como acrescentar a estas histórias de vida as conceitualizações de gênero? Tomemos, em primeiro lugar, memória e gênero. A memória, se considerada como lembrança e esquecimento ancorados no presente, seria, para os mais cientificistas, uma fonte inviável para a reconstituição do passado. Mas, se deixamos de lado as preocupações positivistas dos trabalhos de história oral interessados em desvendar o que “verdadeiramente” aconteceu no passado, é possível perceber a riqueza oferecida pelas memórias,⁵ sobretudo de sujeitos excluídos da história oficial.

Segundo Halbwachs, a memória serve como uma rede que aprisiona o presente.⁶ Assim considerada, a memória desaprisionaria os fatos de uma temporalidade linear, externa, própria da reconstrução histórica, libertando as múltiplas temporalidades vivenciadas. O que é lembrado responderia sempre às necessidades da ação atual que, nas palavras de Halbwachs, operam à maneira de um filtro, selecionando as tradições que se esquecem e as que se transmitem, de maneira que as tradições são modificadas à medida que os grupos mudam.

Nas memórias desses grupos de mulheres migrantes, as lembranças pessoais são reconstruídas por meio de um presente que é social e cultural, uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal está situada numa trama de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos. Mas se essas reconstruções falam de um presente que estabelece limites para as lembranças e que as molda continuamente dando a elas novas formas, as lembranças também falam do passado.

Para Halbwachs, a memória não é e não pode ser considerada o ponto de partida, porque ela nunca parte do vazio; a memória é adquirida a medida que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se

relaciona: há um processo de apropriação de representações coletivas em que os indivíduos constroem em interação com os outros.⁷

Já para Ricoeur, a transmissão da memória à história se daria pelo “mesmo médium lingüístico da narrativa o qual organiza, tanto as lembranças individuais como coletivas,” permeado pelas lembranças que se fortificam graças às narrativas coletivas.⁸

Levar em conta o diálogo entre presente e passado e a importância do social, do cultural e do subjetivo, presente nas trajetórias individuais e coletivas desses grupos, é uma maneira de situá-los socialmente. Parece-nos mais adequado, portanto, falar em releituras e em experiências do cotidiano. Ora, nesse diálogo entre passado e presente, nessa recriação através das experiências diversificadas dos sujeitos, pressupomos a atuação de gênero.

Ao falarmos de gênero, nos situamos simultaneamente no campo de concepções e ações e o consideramos como um operador de diferenças, pensado como uma ferramenta, um meio através do qual se organizam relações sociais, marcando experiências de sujeitos e construindo histórias.

Entretanto, no desenvolvimento dessa narrativa de migração para terras de fronteira com o Brasil, essa memória feminina raramente aparece. Em geral, ainda predomina o relato masculino, considerado o principal empreendedor desse processo migratório. Quando a narrativa oficial imiscui a fala e o registro do protagonismo feminino neste contexto, sua história deixa de ser memorizada. Algumas mulheres migrantes brasiguaias, hoje assentadas em território brasileiro, guardam consigo fotografias e recortes de jornais da época, talhados de lembranças daquele período junto com as promessas de melhoria de vida. Interrogadas, dizem que pensavam em escrever o que sentiram, viram e ouviram, mas acabaram não guardando nada, além de lembranças.

Esta constatação da pouca ou nenhuma intenção de registro de suas trajetórias é resultado de um imaginário construído pela história de que as memórias femininas não têm valor merecido por ser demais subjetivas, de cunho familiar, afetivo e maternal, que não interessariam à memória oficial. Daí a importância em visibilizar e reintroduzir as mulheres na história desse processo migratório, identificando-as como protagonistas em todos os

momentos quando estiveram presentes, bem como sua importância e o papel que exerceram.

Ao falar de suas lembranças – memórias – recriam e narram experiências marcadas pelas diferenças estabelecidas pelas identidades e representações de gênero. Entretanto, o lembrar é recriar experiências marcadas também pelo gênero. Percebemos que esses sujeitos estão distantes de afirmar uma especificidade da memória feminina, ancorada na biologia ou no âmbito do social, nos papéis sexuais. Afirmar que o gênero marca as memórias – em narrativas de mulheres migrantes, do seu cotidiano ou em tradições orais – não é o mesmo que dizer que as mulheres têm memórias específicas enquanto mulheres ou os homens enquanto homens, porque a biologia assim o determina ou porque a divisão sexual de papéis assim os define.

As mulheres, enquanto sujeitos da história, constituem-se a si próprias mediante o seu confronto tanto com as representações⁹ que são impostas, como em relação ao “outro” em um processo contínuo de transformação, de resistência, de adaptação e de consentimento. Muitas vezes, as lembranças de mulheres migrantes são talhadas por representações dadas pela cultura patriarcal, e se tornam fragmentadas e desconectadas de acordo com as narrativas consolidadas coletivamente pelas relações de poder histórica e coletivamente construídas.

Dessa forma, percebemos que os significados que as mulheres migrantes Brasiguaias atribuem às suas experiências de busca por terra e às maneiras pelas quais as histórias de vida são lembradas e contadas, mudam com o passar do tempo e de acordo com a posição que elas ocupam no momento do relato. Há uma diversidade cultural, étnica e linguística nos grupos de mulheres migrantes, algumas com experiências marcadas por seu maior envolvimento social e/ou político, e outras pelas experiências mais centradas no espaço doméstico e familiar.

Para Halbwachs,¹⁰ muitos indivíduos apresentam, portanto, diferentes comportamentos, não porque construíram certa “personalidade” ou “natureza” própria, independente do social, mas devido às experiências coletivas e diversas por que passaram (no sentido de incorporar e sentir) ao longo de suas vidas. Não se pode eliminar a importância do sujeito que reconstrói o seu passado,

nem considerar construções coletivas como autônomas. Mas, sim, é necessário pensarmos como essas “práticas” de memória narradas pelas mulheres camponesas migrantes chegam até o presente.

As discussões, as produções teóricas sobre memórias femininas e o uso de fontes orais para "resgatar" a "história das mulheres" que, informados pelos Estudos de Mulheres, proliferaram na década de 1980, explicitaram sua preocupação em dessencializar a memória feminina.¹¹ Entretanto,

Terminaram por fixar uma identidade: a categoria mulher que, enquanto tal, ficaria imune à historicidade. Diversas perspectivas têm insistido na ausência de uma identidade coletiva, mulheres, mas, tentando escapar de uma identidade ancorada nos componentes biológicos do feminino, acabaram por afirmar uma identidade na qual o social deriva do biológico.¹²

É corriqueiro nos depararmos com afirmações que apontam as diferenças entre memórias masculinas e femininas que atravessam classes sociais, e que resultam em papéis sociais enquanto homens e mulheres. Dizer que as mulheres falam da família, do cotidiano, do privado, e o homem de outras coisas, aparece quase como um lugar comum nos textos e narrativas oficiais.

Michelle Perrot,¹³ ao discutir a possível "especificidade" da memória feminina, afirma que, ao vinculá-la ao discurso da natureza e do biológico, ela não existe. Entretanto, segundo a historiadora, haveria uma especificidade à medida que as práticas socioculturais, resultantes das representações historicamente construídas, estivessem presentes nas ações que constroem a memória, e são resultantes das relações entre os sexos no tempo. Portanto, é produto de uma história. A memória, forma de relação com o tempo e o espaço, seria profundamente sexuada, assim como a narrativa transformada por uma visão totalizadora e excludente do ponto de vista do gênero, acabou construindo uma história com um sentido determinado, patriarcal e sexista.

Perrot considera também que a memória é marcada, estruturada, por papéis sociais. Papéis masculinos, desempenhados, às vezes, por mulheres, e femininos que podem ser desempenhados por homens. Perrot conclui que a memória é diversa e permeada pelas trajetórias e experiências individuais. Em suas palavras: “A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo

[...], sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino.”¹⁴

Ao abordamos as relações de gênero em processos migracionais de mulheres camponesas, algumas análises acabam separando “papéis femininos” de “mulheres” e “papéis masculinos” de “homens”. Entretanto, é necessário pensar a relação entre gênero e memória, aprofundando sua relação, visando a compreender as variadas configurações de gênero que marcam a memória e que se expressam pelas narrativas. A ideia de que a memória está estruturada pelas identidades de gênero (papéis masculinos/papéis femininos) entra em confronto direto com a perspectiva dos mais instigantes nos estudos dessa área.

Uma perspectiva de gênero poderia, talvez, ser mais bem entendida, refletida através da noção de experiência, das relações do cotidiano (conforme a definimos anteriormente), do que o permite a teoria dos papéis sexuais. Isso porque, em muitas histórias narradas por mulheres migrantes brasiguaias, o protagonismo e o poder feminino foram fundamentais para a manutenção e a permanência no processo migratório de luta pela terra.

A categoria gênero questiona ações não apenas no plano dos papéis, mas no das ferramentas de análise da historiografia e dos seus agentes. Assim, precisar-se-ia estar sempre disposto, aberto para ler o que está sendo narrado, escrito pelo gênero. Segundo Scott,

Si el grupo o categoría ‘mujeres’ debe ser objeto de investigación, entonces el género – los múltiples y contradictorios significados atribuidos a la diferencia sexual – es un instrumento analítico de importancia. El término ‘género’ sugiere que las relaciones entre los sexos son un aspecto prioritario de la organización social; que los términos de identidad femenina y masculina, están en grande parte, determinados culturalmente (y no son enteramente producidos por los individuos o las colectividades); y que las diferencias entre los sexos constituyen estructuras sociales jerárquicas que a la vez son constituídas por éstas.¹⁵

Por meio das teorias contemporâneas de gênero, as experiências dessas mulheres migrantes sujeitos se tornam fundamentais para outra leitura dos acontecimentos e da própria história desse processo, e as recentes discussões sobre narrativa e memória destacam sua particular eficácia na afirmação das singularidades na história.

Refletir sobre as narrativas de mulheres migrantes camponesas brasiguaias, portanto, nos parece um caminho de visibilizar histórias femininas pelas memórias e relações de gênero. No entanto, não é suficiente afirmar que os elementos deste encadeamento – as experiências, as memórias que as recriam, dotando-as de temporalidades específicas, e as narrativas através das quais são transmitidas – são marcadas pelo gênero.

Um dos pontos importantes, que presenciamos e estamos pesquisando, é como o gênero opera no processo migratório de luta pela terra, e como essa operação marca as narrativas, bem como o que nelas se expressa. Este “como” só pode ser desvendado mediante análise de fontes empíricas que permitam o confronto entre diversas experiências contextualizadas, nos dadas pela história oral. Isso nos parece particularmente importante considerando dois dos pressupostos fundamentais para a dessencialização presente nas teorias contemporâneas de gênero: um, histórico, o outro, sociocultural.

Ao usarmos a história oral como método para entender a operacionalização do gênero no processo migracional de mulheres camponesas, se faz necessário o uso do termo “histórias de vida”, que, por sua vez, abarca procedimentos e aproximações extremamente diversos.

A preocupação com critérios de verdade e de história “objetiva” ou verdadeira afetaram algumas de suas perspectivas tanto quanto influenciaram o estudo das tradições orais.¹⁶ Algumas teorias preocupadas com dados factuais confiáveis e representativos desprezaram as autobiografias porque, entre outros motivos, nestas é impossível escapar da “perversão da verdade produzida pelo jogo da memória com o passado”. Também algumas linhas que promovem o trabalho com histórias de vida tratam de controlar, através da diversidade de mecanismos, a “verdade” dos dados levantados para evitar os perigos implícitos na memória.

Na atualidade, é possível afirmar que existe certo consenso sobre a riqueza oferecida pelo trabalho com histórias de vida. Sua importância está em conceder um lugar de privilégio à experiência vivida, narrada, e em possibilitar o registro de percepções individuais na história de grupos sociais específicos, através de articulações sobre o tempo. Neste sentido, o trabalho sobre as experiências de mulheres migrantes brasiguaias é fundamental para a

compreensão dos atores a partir de seus próprios pontos de vista e para a compreensão de processos sociais mais amplos que os indivíduos.¹⁷

Numa perspectiva antropológica, a parte excluída no processo de depuração das tradições orais – histórias de vida e tradições (ou partes) de tradições orais que remetem a normas e generalizações – é, precisamente, a mais promissora. Ela se integra nas zonas “sombreadas” – tomando emprestadas palavras de Passerini¹⁸ – onde é possível encontrar sentidos, coisas que sucedem e que não foram narradas, ditas. “Falas tiveram lugar”, como nos diz Arlette Farge,¹⁹ elas produzem acontecimento e fazem surgir novas situações que ainda não foram observadas, refletidas, e para o historiador(a), que trabalha com teorias de gênero, é necessário assegurar a construção do relato histórico de “outros” sujeitos que obrigue a novos espantos e a outras narrativas.

Em se tratando de memória e gênero na história das mulheres migrantes, é fundamental assumir, junto com Bosí,²⁰ a memória-trabalho, entendendo que, ao rememorar, as mulheres reconstroem suas lembranças, refazem seu passado e re-projetam seu presente e seu futuro. Sobre o processo rememorativo, Thompson²¹ enfatiza o caráter de transformação que a memória engendra, uma vez que ela possibilita, ao sujeito que rememora, a partir da reconstrução de análises do já ocorrido, traçar novos horizontes até então não imaginados. Por essa perspectiva, a memória desempenha o papel de catalisadora, carregando com ela um grande potencial transformador. Neste processo, o historiador aprende, na entrevista, a ouvir, a se relacionar com pessoas de classes sociais diferentes e a se envolver em histórias que retratam momentos sociais de quem as conta. E, para isso, esclarece que o historiador oral precisa ser “um bom ouvinte, e o informante, um auxiliar ativo.”²²

As mulheres assentadas migrantes, que viveram em terras paraguaias e após anos retornaram para os diferentes lugares do Estado de Mato Grosso do Sul, em situação de acampadas, boias-frias, assentadas, carregam consigo uma bagagem de conhecimento e cultura própria. Estas mulheres resistiram ao período do processo migratório de diversas formas. Cada uma escreveu como pode um capítulo da história. As experiências vividas têm reflexos em nosso

cotidiano de vida e, principalmente, na educação das futuras gerações nos assentamentos.

A memória das mulheres migrantes brasiguaias, que vivem em assentamentos, e suas histórias podem, pelo poder da palavra, fazer a mediação entre a nossa geração e as passadas, sendo o intermediário formal da cultura. As memórias orais dessas mulheres remam contra a maré, desprovidas, muitas vezes, de poder, resultados de práticas de dominação, que Pierre Clastres registra, de maneira bastante precisa, como o encontro de duas instâncias fundantes do próprio movimento da história. “Falar é antes de tudo deter o poder de falar.”²³ As mulheres migrantes mais velhas, por exemplo, hoje se agarram a fiapos da sua memória familiar, para não deixar morrer a memória coletiva, a sua história de vida e a do movimento social construtor da história.

A memória vívida é elaborada por meio de relações entre coletividades e individualidades que incluem, entre outros elementos, o masculino e o feminino, nos mostrando que as diferenças de gênero foram construídas historicamente a partir destas relações. Perrot,²⁴ nessa perspectiva, salienta que a memória é um prolongamento da existência, e ambas são formas de relação no tempo e no espaço, e por isso também sexuadas.

Entretanto, a memória feminina de um acontecimento dificilmente aparece porque predomina, em geral, o relato masculino que desconsidera a presença feminina que, assim, não é memorizada. Daí a preocupação em reintroduzir as mulheres na história, sobretudo, essas excluídas socialmente e politicamente de seus direitos. Assim, não fazendo a história das mulheres, mas identificando-as nos inúmeros momentos quando estiveram presentes, bem como destacando sua importância e o papel que exerceram. Trata-se, nesses processos longos de deslocamento, de luta pela terra, de ouvir as mulheres, como os homens são ouvidos no sindicato, no partido político, na rua, o que pode revelar outras facetas dos acontecimentos. Arlette Farge²⁵ nos diz que a pesquisa sobre a história das mulheres e a diferença entre os sexos está marcada pela inércia que se opõe às mudanças de esquemas de quem defende os modelos tradicionais na historiografia, e daqueles que aceitam a estabilidade das relações homens/mulheres com uma lucidez sem sentido.

Desta forma, os relatos orais de mulheres migrantes camponesas têm se apresentado como uma valiosa contribuição para os estudos na área de história social e cotidiano das mulheres, com especial ênfase na história das mulheres. Para Thompson,

[...] até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada. [...] O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta.²⁶

As mulheres migrantes em seu processo de produção social construíram significados pelos quais se enunciam e narram a sua história. É a partir de suas falas, narrativas, que vamos descobrindo como se instituem, como se descrevem, se revelam nos seus “novos” papéis. É nesse processo de produção social que constroem uma narrativa que conduz significados, revelações e identidades de gênero.

Das narrativas de mulheres migrantes brasiguaias, podemos também extrair as bases sociais que formam a identidade, como nos ressalta Pollack,²⁷ que podem explicitar os percursos possíveis dos protagonismos. No caso das mulheres camponesas migrantes na luta pela terra, na construção de redes e estratégias de sobrevivência empreendidas em distintos contextos, seja no processo migratório para o Paraguai seja no acampamento ou na posse do lote.

Os relatos, mesmo apresentando diferentes impressões temporais e espaciais, a despeito das descontinuidades que permitem cruzar uma dimensão intersubjetiva e social, revelam os modos de apropriação, a constituição de subjetividades não captadas pelo discurso normativo. Ademais, podem evidenciar o poder das representações sociais em pressionar para o conformismo, o consentimento, o que reforça os tradicionais papéis de gênero, as resistências vividas no processo migracional. As mulheres migrantes brasiguaias sem terra foram silenciadas sem consentimento.²⁸ São pessoas não escutadas porque seus pontos de vista são tidos como não importantes. Caladas, devido a um imaginário social ou status inferior, por serem pobres, mulheres, afro-descendentes, trabalhadoras camponesas, boias-frias e migrantes.

Para romper com a tradição do silêncio, precisamos buscar um novo conjunto de imperativos na condução das pesquisas com e sobre os silenciados. O conhecimento pode e deve ser produzido, apropriado e utilizado pelas pessoas comuns, produzido num contexto político de solidariedade, mutualismo e relações não hierárquicas.

Tanto história oral quanto história de vida são fundamentais para o registro de memórias numa perspectiva de gênero. Maria Izilda Matos²⁹ atesta, com propriedade, que alguns fatores explicam a maior presença de mulheres nos estudos acadêmicos nos últimos anos, tais como a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho e suas lutas pela igualdade de direitos, no protagonismo na luta pela terra etc.

Nesse sentido é que, ouvindo as mulheres migrantes brasiguaias em assentamentos de fronteira sobre suas histórias de vida e migrações de busca pela terra, podemos entender as diversas histórias que marcaram suas vidas, através da memória. E, assim, por meio das lembranças, poderemos construir um quadro histórico da percepção que essas mulheres têm de suas vidas, de suas trajetórias na busca pela terra, de suas leituras feministas sobre o processo migratório para outro país, até o retorno para o Brasil como acampada e assentada.

Vale destacar também que o trabalho da história oral junto a essas mulheres resgata um nível de historicidade³⁰ que, comumente, era conhecida através da versão produzida pela historiografia oficial. À medida que os depoimentos são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que as mulheres têm de suas vidas, do que as cercam, das impressões sobre suas lutas na trajetória migracional.

As memórias construídas por essas mulheres migrantes, por mais incompletas que às vezes possa aparecer – devido a uma multiplicidade de experiências vividas pela família, pelo coletivo que imigrou – não continua parada no tempo, mas está em continua transformação. Para Halbwachs,³¹ a memória é fruto de interações sociais que ocorrem no tempo presente; e ainda acrescenta que, nesse processo dialético, dá-se a constituição da imagem de cada “um” no “outro”, e que a identidade dos sujeitos se forma nesses contextos interativos, de realidades múltiplas, fragmentadas.

Nesse sentido, pôr-se à sua escuta, é, em minha opinião, o primeiro dever do(a) historiador(a). Em lugar de se contentar com a utilização de arquivos, ele(a) deveria antes de tudo criá-los e contribuir para a sua constituição: pesquisar, interrogar aqueles que jamais têm direito à fala, que não podem dar seu testemunho. O(a) historiador(a) tem por dever despossuir os aparelhos do monopólio que eles(as) atribuíram a si próprios e que fazem com que sejam a única fonte da história. Não satisfeitos em dominar a sociedade, esses aparelhos (governos, partidos políticos, igrejas ou sindicatos) acreditam ser sua consciência. O(a) historiador(a) deve ajudar a sociedade a tomar consciência dessa mistificação.

Considerando estas reflexões, temos feito esforços no sentido de produzir tais documentos com o objetivo de criar arquivos de fontes orais e imagéticas que permitam ampliar aspectos da reflexão a propósito das especificidades desses grupos e, assim, contribuir para o conhecimento das novas experiências na História brasileira.³²

Sabemos que a fala é um instrumento decisivo para as mulheres migrantes pobres dos assentamentos que vivem a radicalidade cotidiana da luta pela permanência na terra. As mulheres vivem jornadas combinadas, quando estão no lote, com a jornada fora do lote, no emprego doméstico ou na feira. Ademais, nesse caso, ainda há uma continuidade do trabalho, ou seja, quando expõem e vendem seu produto, tornando-o mercadoria, as mulheres executam um trabalho cuja natureza é diferente, não por ser de comercialização, mas por ser a continuidade e a finalização dele, porque visualizam o produto tornar-se mercadoria, e auferirem, assim, rendimento. Nessas jornadas, elas conciliam o papel da mulher que sai de casa para vender sua força de trabalho e seus produtos na feira, com o da mulher tradicional, a que cuida, zela, lava, passa e usa seus saberes tradicionais para auferir renda.

Para nós, parece que o caminho mais abrangente na construção desse processo de análise das histórias de vida, desse processo de conhecimento via suas memórias, inclui o exame crítico sob a ótica de gênero. As análises, que estamos construindo sob o olhar de gênero, através da memória, poderão desvendar conflitos, histórias invisibilizadas, o que possibilitará vislumbrar um sentido duplo nas interpretações das histórias de vida dessas mulheres

migrantes brasiguaias. Assim, contribuindo para a construção novas ferramentas de leitura da história dessas mulheres, que durante muito tempo a historiografia oficial as tem silenciado nos espaços da reprodução materna e doméstica, sem serem narradas e quantificadas, cabendo a todos(as) reelaborar os sentidos, “pensar” o peso das palavras, como também fazer falar o acontecimento de sujeitos que precisam ser ouvidos e entendidos.

Notas

* Doutor em História da América pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS. Coordenador da Cátedra UNESCO/UFGD "diversidade cultural, gênero e fronteiras". Atualmente é professor adjunto na graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. E-mail: losandrotedeschi@ufgd.edu.br.

¹ Segundo José Lindomar Albuquerque, em sua obra *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira com o Brasil e o Paraguai*. São Paulo, Anablume, 2010: a caracterização de Brasiguaios pode ser considerada uma identidade de fronteira híbrida, formada pela junção de identidades nacionais, no entanto tem adquirido conotações diversas, como o brasileiro que imigrou para o Paraguai e não conseguiu ascender socialmente; os fazendeiros brasileiros que moram no Paraguai, os filhos de imigrantes que nasceram naquele país e têm identidade paraguaia, todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha etc.

² SCOTT, Joan. Hacia una história feminista. In: *Gênero e História*. México, FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008, p. 46.

³ Opto neste artigo em não inserir literalmente as memórias das mulheres migrantes, mas sim, analisar em uma perspectiva teórica as influências das relações de gênero na construção das memórias no processo migratório.

⁴ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

⁵ Como é expressa nos primeiros trabalhos de Paul Thompson, por exemplo, a primeira edição de *The Voice of the Past, Oral History*. Oxford University Press, 1978 (*A voz do passado. História Oral*). São Paulo, Paz e Terra, 1992. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira.

⁶ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. De Beatriz Sidou. São Paulo, Centauro, 2006, p. 224.

⁷ *Ibid*, p. 224.

⁸ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, ed. UNICAMP, 2007, p. 42.

⁹ Na acepção de Roger Chartier.

¹⁰ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. De Beatriz Sidou. São Paulo, Centauro, 2006, p. 224.

¹¹ Exemplos disto é a publicação da Mesa Redonda: Histoire orale et histoire des femmes, no *Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*. Supplement n° 3, 1982, e o Número do Penelope, n° 12, 1985, dedicado a *Mémoires des femmes*.

¹² KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. *Memórias de histórias femininas, memórias e experiências*. São Paulo, Cadernos PAGU, n8/9, 1997, p. 349.

¹³ PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. Revista Brasileira de História. São Paulo, n° 18, 1989, pp. 9-18.

¹⁴ *Ibid*, p. 11.

¹⁵ SCOTT, Joan. Hacia una história feminista. In: *Gênero e História*. México, FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008, p. 46.

¹⁶ Uma ampla descrição das diferentes perspectivas na América Latina é oferecida em CAMARGO, Aspasia; HIPOLITO, Lucia; ROCHA, Valentina de. Histórias de Vida na América Latina. In: *BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. RJ: n.º 16, 2º semestre 1983, pp. 5-24. Paul Thompson também atribui à influência de Malinowski o estancamento do trabalho com histórias de vida no período entre as duas guerras. O argumento de Malinowski era que as tradições orais não tinham valor virtual como história, à medida que sua função era justificar e explicar o presente: o mito não seria uma história falsa, nem a narrativa de uma realidade morta. Seria a afirmação de uma realidade maior e parcialmente viva. Para Thompson, os argumentos de Malinowski, apesar de aplicarem-se mais à tradição oral que à história de vida, inibiram também o desenvolvimento desta última. THOMPSON, Paul. *The voice of the past. Oral history*. Oxford, Oxford University Press, 1978.

¹⁷ PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. A Mulher e o espaço público. In: *Revista Brasileira de História* 18. ANPUH/Marco Zero, 1989; PERROT, Michele. Les Sources orales pour l'histoire des femmes. In: *Une histoire des femmes. est-elle possible?* Paris, Rivages, 1984; CAMARGO, Aspasia: Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Vol. 27, n.º. 1, 1984, pp. 5-29; LANGNESS, L: Usos potenciales de la historia de vida en antropología. In: BALAN, Jorge. *Las historias de vida en ciencias sociales, teoría y técnica*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974, pp. 153-175.

O trabalho com histórias de vida, precisamente por centrar-se na “experiência”, seduziu particularmente investigadoras(es) interessadas(os) em trabalhar com uma antropologia e uma história “das mulheres”. As histórias de vida foram utilizadas intensamente, consideradas como fontes primárias para o conhecimento de vidas femininas até então silenciadas. Chegou a ser considerado o “método feminista por excelência”, pela possibilidade que oferecia no sentido da compreensão ampla e profunda das consciências femininas garantindo um ponto de vista sexuado. GEIGER, Susan N. G..

“Women’s life histories. Method and content” In: *Signs. A Journal of Women in Culture and Society*. v. 11 n° 2. winter, 1986, pp. 335-351.

¹⁸ PASSERINI, L. (org). *Storie Oralle. Vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*. Torino, Rosenberg & Sellier, 1976.

¹⁹ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2011, p. 106.

²⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. (3a ed.) São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

²¹ THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

²² *Ibidem*, p. 43.

²³ CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

²⁴ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 27.

²⁵ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2011, p. 106.

²⁶ THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 134.

²⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Rev. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

²⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 30.

²⁹ MATOS, Maria Izilda S. de; SOLLER, M. A. (Org.) *Da invisibilidade ao gênero*. 1.ed. São Paulo, NEM/PUC-SP, 2003.

³⁰ PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. *Revista de História*. Vol. 24, n° 1, São Paulo, 2005, pp. 77-98.

³¹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. De Beatriz Sidou. São Paulo, Centauro, 2006.

³² Esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento regional da pesquisa, como também um reforço epistemológico, fortalecendo as ações de pesquisa e intervenção do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade - LEGHI da UFGD.

Data de envio: 11/08/2012

Data de aceite: 05/10/2012